APRESENTAM

XXV Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga

Juiz de Fora / Minas Gerais / Brasil

X ENCONTRO DE MUSICOLOGIA HISTÓRICA

Theoria e Praxis: uma antiga dicotomia revisitada

18 a 20 julho | 2014

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO

32 3218-0336 / producao.promusica@ufjf.edu.br / www.promusicaufjf.com.br/xiemh

THEORIA E PRÁXIS NA MÚSICA: UMA ANTIGA DICOTOMIA REVISITADA

Anais do X Encontro de Musicologia Histórica

Juiz de Fora, 18 a 20 de julho de 2014

Museu de Arte Murilo Mendes – MAMM

THEORIA E PRÁXIS NA MÚSICA: UMA ANTIGA DICOTOMIA REVISITADA

Anais do X Encontro de Musicologia Histórica

Juiz de Fora, 18 a 20 de julho de 2014

Museu de Arte Murilo Mendes – MAMM

Marcos Holler

Luís Otávio de Sousa Santos

Rodolfo Valverde

Coordenação

Juiz de Fora

2016

Theoria e práxis na música: uma antiga dicotomia revisitada
Editoração eletrônica
Nathália Duque

Encontro de Musicologia Histórica (10. : 2014 : Juiz de Fora, MG)
Anais [do] X Encontro de Musicologia Histórica [recurso eletrônico] : theoria e práxis na música : uma antiga dicotomia revisitada / Marcos Holler , Luis Otávio de Sousa Santos, Rodolfo Valverde (Coord.). – Juiz de Fora : Ed. UFJF : Pró-Música , 2016.

Modo de acesso: <http://www.promusicaufjf.com.br/xiemh>
ISBN 978-85-93010-00-2

1. Música - Brasil . I. Encontro de Musicologia Histórica. II. Holler, Marcos . III. Santos, Luis Otávio de Sousa. IV. Valverde, Rodolfo.

CDU 78(81)

[2016]
Universidade Federal de Juiz de Fora
Pró-reitoria de Cultura
Centro Cultural Pró-Música | UFJF
Av. Rio Branco, 2.329, CEP 36010-011
Centro, Juiz de Fora, Minas Gerais
Tel: (32) 3218-0336
www.promusicaufjf.com.br/

Sumário

ACERVOS DE DOCUMENTOS MUSICAIS EM MINAS GERAIS: UM UNIVERSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Modesto Flávio Chagas Fonseca (Universidade Federal de São João del-Rei | MG)

Resumo:
Na década de 1940, Francisco Curt Lange apresentou relatos sobre arquivos com manuscritos musicais localizados em Minas Gerais, cujas circunstâncias o tempo não foi capaz de promover grandes alterações. Paulatinamente a temática ganhou espaço no meio acadêmico e galgou patamares significativos, chegando a ser foco principal de um evento científico, como o foi no I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical, realizado em 2003. A partir de uma percepção mais clara de sua relevância para o desenvolvimento da musicologia histórica brasileira, o tratamento documental de manuscritos e impressos musicais, a acessibilidade aos acervos e a ampla difusão de seu conteúdo se tornaram objeto de estudo em diversas pesquisas. Surgiram propostas de catalogação, diferentes técnicas para a digitalização e estudos sobre edição musical. Como que em um mundo à parte, incursões a campo revelam, na atualidade, um enorme mapa de acervos musicais em Minas Gerais, estes últimos completamente desprovidos de qualquer tipo de tratamento para seus respectivos fundos arquivísticos, resultado de uma aparente alienação às conquistas das ciências anteriormente mencionadas. É possível acreditar que hoje estamos diante novo desafio: encontrar estratégias que possam viabilizar uma ampla difusão dos resultados das reflexões e considerações desenvolvidas ao longo de muitos anos, e motivar a implementação do tratamento arquivístico; em outras palavras, colocar em prática a teoria.

Introdução

Nas últimas décadas foram publicados, no Brasil, informes diversos sobre documentação musical pertencente a arquivos públicos e privados, localizados em diferentes partes do território nacional. Dentre muitos destacamos aqueles sobre a música no Maranhão, Pernambuco e Bahia[1], em Goiás[2], nos estados de São Paulo[3], Rio de Janeiro[4], Espírito Santo[5] e em Minas Gerais[6]. Victor de Moura Lacerda, em pesquisa

1 João Mohana no Maranhão (ARQUIVO PÚBLICO, 1997) e Jaime Diniz em Pernambuco (1971) e Bahia (1986). Pablo Sotuyo Blanco na Bahia (2004).

2 Belkiss Mendonça (1981) e Maria Augusta Calado Rodrigues (1984).

3 Regis Duprat (1985) e Jaelson Trindade/Paulo Castagna (1996).

4 Cleofe Person de Mattos (1970).

5 Sérgio Dias, Fernando Secomandi e Modesto Fonseca (2008).

6 Curt Lange (1946), Paulo Castagna (1991), Andre Cotta (2000b), Aluízio Viegas (2006) e Modesto Fonseca (2002).

de mapeamento de acervos musicais brasileiros, afirma que "dos acervos identificados e contatados pelo Projeto [a maior parte] situa-se no Estado de São Paulo (...). Em seguida vem Rio de Janeiro (...) e Minas Gerais (...)" (2008: 208). André Cotta chama a atenção para a grande extensão territorial brasileira, fator este que se revela como desafio em tarefas que visam ofertar uma visão panorâmica sobre acervos musicais no país (2013: 29) e, consequentemente, para o acesso a seus fundos arquivísticos.

Este artigo se desenvolve a partir da reflexão sobre acervos documentais localizados nas regiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes em Minas Gerais, nas quais temos realizado estudos sobre o fazer musical em sua história, partindo de fontes primárias ali observadas. Em nosso cotidiano no Departamento de Música da Universidade Federal de São João del-Rei, é constante o contato com alunos de diferentes localidades do estado mineiro, sendo estes portadores de relatos sobre acervos de documentação musical em sua região de origem, principalmente de cidades mais próximas a São João del-Rei. Contribui de forma significativa nossa experiência, desde 2001, junto aos acervos de Viçosa e região, que agora somados ao novo contexto de atuação no Campo das Vertentes, propicia uma visão de maior amplitude e melhor entendimento quanto a inúmeras questões relativas ao tema.

Durante a vida de um músico, assim como a de uma instituição musical, acumulam-se diferentes quantidades de documentos, manuscritos e/ou impressos, o que resulta na constituição de um arquivo musical. O Conselho Nacional de Arquivos define arquivo como um "conjunto de documentos independente da natureza dos suportes, acumulados por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, ao longo de suas atividades" (ARQUIVO NACIONAL apud COTTA, 2000: 45). André Cotta menciona a palavra "acervo", muito utilizada na referência à documentação acumulada, e entende se tratar de "termo neutro, que ora aparece designando arquivos, ora designando coleções, ao sabor do jogo interconceitual" (2000: 58).

No ano de 1999 o pesquisador Paulo Castagna, em uma publicação sobre a seção de música da Cúria Metropolitana de São Paulo, destacava a necessidade de organização e acessibilidade a acervos para que as pesquisas, tanto na música como em outras áreas, tenham qualidade e, consequentemente, interesse (1999: 16). Em suas conclusões o autor comenta que "o acesso dos pesquisadores aos acervos de manuscritos musicais, no Brasil, ainda é problemático" (idem: 25). Não é raro manuscritos musicais receberem um olhar com aspecto de veneração, dando aos mesmos um sentido de "relíquia valiosíssima, que não deve ser consultada por ninguém" (COTTA, 2000: 16). Tais percepções nos foram possível constatar diversas vezes em nossas ações em campo.

As pesquisas de Francisco Curt Lange em Minas Gerais, a partir da década de 1940, produziram farto volume de informações sobre a prática musical mineira nos séculos XVIII e XIX. Em meio a este legado, encontra-se boa quantidade de relatos sobre a perda, por diferentes razões, de arquivos musicais inteiros. Destacamos alguns exemplos que são bastante ilustrativos quanto à problemática que ora nos interessa evidenciar. No primeiro caso Lange comenta sobre um procedimento, quando da morte de um músico: Com la muerte del autor, los originales pasaban por lo general a manos de los descendientes y si estos no eran músicos activos, se ofrecian em venta a corporaciones musicales locales o de otros puntos (1946: 469)[7].

Proprietários de arquivos igualmente deslumbravam a venda de papéis como solução para suas angustias, tal como verificamos no seguinte relato:

7 "Com a morte do autor, os originais em geral passavam para as mãos dos descendentes, e, se esses não eram músicos ativos, os ofereciam em venda a corporações musicais locais ou de outros pontos" (MOURÃO, 1990: 157).

> Los poseedores de archivos grandes, viendo que la mayor parte de su material yacía inactivo o totalmente condenado al silencio, recurrieron entonces a um ardid para desprenderse del mismo, ofreciéndolo em venta a párrocos nuevos e enexperientes, nombrados para sítios "mato dentro", em pleno sertão, em esos puestos avanzados de la civilización que se prenden valientemente al borde de la selva (idem: 475)[8]

Sobre o desaparecimento do acervo do músico Antônio Amabile[9] a explicação da família registrada por Curt Lange é sucinta, porém, intensa: "Aqui a música atrapalhava muito. Vendi-a ao José Troppia. Foram 700 kilos de papel" (idem: 480).

Outro relato de Lange revela com detalhes o momento inicial do contato de um pesquisador com um arquivo em estado de abandono, situação, infelizmente, ainda observada em dias atuais.

> Um segundo problema para el investigador es el actual desorden em lós archivos existentes. La humedad, la tierra acumulada durante años de abandono, dando campo libre a la actuación indiscriminada de la traza, bicho dañino que há consumido centenares de bibliotecas y millares de documentos em el Brasil; los ratones y las cucarachas forman los elementos contra los cuales se lucha cuando se exhuman algunos cientos de kilos de papel de música. Hemos sacado pacientemente partes tras partes entre tales espectáculos, entre restos de feijão, amendoim u otros comestibles, junto a diarios viejos, trapos e varios elementos parasitos, siempre com el justificado temor de hallarmos com algún escorpión de la peligrosísima especie mineira o alguna cobra de veneno acumulado (idem: 470)[10].

A chegada de um novo século não garantiu serem os relatos acima mencionados, testemunhos de uma prática observada, e própria, apenas de um passado, ainda que não longínquo. Na realidade somos surpreendidos a todo o tempo, como é o exemplo abaixo, relacionado ao compositor Cesário Mendes da cidade mineira de Itapecerica:

> "Um dia o Belchior me perguntou se eu queria aquela caixa de partituras. Disse que sim. E a levei para Belo Horizonte. Abri a caixa. Era uma porção de partituras esparsas, esboços e rascunhos. Umas até rasgadas. Todas envelhecidas e bem amareladas. Mas... que surpresa! Pacientemente as fui tirando da caixa de papelão. Remendando-as, limpando-as com um pano úmido de água. Era um trabalho de quase "restauração". Depois fui passando sobre uma a uma um pano úmido de álcool. (...) Isso era nos idos de 2003". (ZICÓ, 2010: 2).

---

8 "Os possuidores de grandes arquivos, vendo que a maior parte de seu material jazia inativo ou totalmente condenado ao silêncio, recorreram então a um artifício para se livrarem dos mesmos, oferecendo-os à venda a párocos novos e inexperientes, designados para lugares "mato dentro", em pleno sertão, nesses postos avançados da civilização que se prendem valentemente à beira da selva" (MOURÃO, 1990: 162).

9 Curt Lange informa que Antonio Amabile era um regente italiano e que possivelmente teria chegado ao Rio de Janeiro no ano de 1869. Neste mesmo ano consta ainda que Amabile copiou e escreveu música na capital do Império. Terminou sua vida em Ouro Preto depois de morar em Juiz de Fora. (LANGE, 1946: 579).

10 "Um segundo problema para o pesquisador é a atual desordem dos arquivos existentes. A umidade, a terra acumulada durante anos de abandono, dando campo livre à atuação indiscriminada da traça, bicho daninho que tem consumado centenas de bibliotecas e milhares de documentos no Brasil; os ratos e as baratas formam os elementos contra os quais se luta quando se exumam algumas centenas de quilos de papel de música. Temos tirado pacientemente partes atrás de partes entre tais espetáculos repulsivos, entre restos de feijão, amendoim ou outros comestíveis, junto a jornais velhos, trapos e vários elementos parasitários, sempre com o justificado temor de encontrarmos com algum escorpião da perigosíssima espécie mineira ou alguma cobra de veneno acumulado" (MOURÃO, 1990: 159).

Entre a teoria e a prática

Tais informes publicados por Curt Lange despertaram a atenção e o interesse da comunidade científica pela produção musical em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. A partir deste fato o quantitativo de pesquisas sobre o tema é crescente na medida em que se aproxima o final do século XX (FONSECA, 2013: 32), e este avanço revela, entre outros, desafios ao lidar com fontes primárias. Para os primeiros pesquisadores a disponibilidade de acesso a obras de acervos documentais em Minas Gerais, editadas ou não, era bastante restrito. Desta forma as investigações foram realizadas com amostragens numericamente pequenas, condição bem diferente à de hoje, cuja oferta de edições, por exemplo, é ampla em quantidade e diversidade, e o acesso a fontes primárias é um pouco melhor. Podemos concluir que o paulatino interesse em maior conhecimento sobre o fazer musical em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, nos séculos XVIII e XIX, esbarrou em duas questões relacionadas a arquivos musicais: acessibilidade e organização dos fundos arquivísticos.

Objetivando encontrar soluções, a temática passou a ser mais frequente em eventos científicos. A tomada de consciência da importância do debate sobre este tema culminou, em 2003, na realização do I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical (CASTAGNA, 2004) na cidade mineira de Mariana, evento especialmente dedicado a tratar questões pertinentes às fontes primárias em acervos e metodologias para a realização de edições musicais. Anteriormente fora realizado em Curitiba o III Simpósio Latino-Americano de Musicologia (PROSSER, 2000), e assim como o colóquio em Mariana, gerou um conjunto de recomendações aos pesquisadores, quando em atividade consulente nos arquivos, e às instituições públicas e eclesiásticas detentoras de acervo documental, quanto aos critérios de organização de seus fundos arquivísticos e a acessibilidade ao pesquisador[11].

Atualmente, para aquele que desejar tratar um acervo de documentação musical, estão disponíveis orientações suficiente para resolver a diversidade de demandas pertinentes a um arquivo musical, tais como o tratamento físico dos papéis, descrição dos fundos arquivísticos, elaboração de instrumentos de busca, digitalização das imagens e a confecção de edições musicais. No entanto, todo este aparato parece ter ficado no âmbito das academias, ou seja, longe do campo. No vasto território mineiro há noticias de grande quantidade de acervos musicais, de pequeno porte a maioria, em situação de custódia bem diversa, além daqueles ainda desconhecidos por qualquer pesquisador.

Para a realização desta comunicação não partirmos da elaboração prévia de um plano de mapeamento de acervos em Minas Gerais, e sim fundamentamos-nos puramente em nossa experiência de campo, como mencionada anteriormente, iniciada em 2001 na cidade mineira de Viçosa[12]. A maior parte dos acervos por nós visitados estava localizada em sede de bandas de música, um percentual menor em igrejas católicas e outro em residências particulares. A ausência de qualquer forma de tratamento arquivístico foi uma constante na maior parte dos casos e tivemos, inclusive, a oportunidade de evitar a aniquilação pelo fogo de um arquivo com papéis de música para banda. O que de fato nos chamou a atenção foi o total desconhecimento, por parte dos respectivos proprietários, dos avanços metodológicos, conclusões e recomendações sobre os quais mencionamos anteriormente.

---

11 As recomendações estão disponíveis nos respectivos Anais.

12 Quero agradecer a colaboração da organista viçosense Maria Noêmia Ferreira Lopes, que muito auxiliou na realização dos contatos com responsáveis por arquivos musicais na região de Viçosa.

Categorias de acervos

Com o propósito de demonstrar a diversidade tipológica e contextual dos acervos, com os quais tivemos contato, criamos categorias considerando, inicialmente, aqueles enquanto instituição pública ou privada, e os de família. A cada uma destas categorias serão vinculadas subcategorias, tendo como critério a aplicação, ou não, de tratamento arquivístico, funcionalidade e diversidade de gêneros musicais em seus fundos arquivísticos.

Quanto ao proprietário do acervo

A custódia de um acervo, permanente ou provisória, pode ser tanto de uma instituição pública como de uma privada. No primeiro caso temos arquivos musicais em bibliotecas, arquivos[13] públicos, acervos de grupos musicais, museus e centros de pesquisas. As principais instituições privadas detentoras de arquivos musicais são as bandas de música civis, orquestras diversas, corais, igrejas, católicas ou outras, e seus centros documentais. Uma terceira categoria são os acervos de familiares, geralmente legado de um membro da família, que em vida se dedicou às atividades musicais. Neste último caso os papéis de música possuem valor "sentimental", algo que compense a ausência daquele ente familiar. Outras justificativas podem ser consideradas, como o reconhecimento de algum valor, simbólico e/ou material, levando o atual proprietário a posturas radicais, na melhor das hipóteses, que preservam o material, mas priva o público das informações ali contidas, sem mencionar outros prejuízos.

De forma resumida, temos o seguinte:

- Acervo de instituição pública.
- Acervo de instituição privada.
- Acervo de família.

Quanto ao tratamento arquivístico:

Nesta subcategoria temos como foco a condição organizacional física do acervo. Em Minas Gerais são referências acervos documentais como, por exemplo, a do Museu da Música de Mariana e a Coleção Francisco Curt Lange do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, receberam tratamento arquivístico com todas as ações previstas, ou quase todas. No outro extremo, uma parcela pequena de acervos recebeu apenas algumas ações, enquanto a grande maioria está completamente desprovida de qualquer ação em prol do acervo.

De forma resumida, temos o seguinte:

- Acervo com tratamento arquivístico completo.
- Acervo com tratamento arquivístico parcial.
- Acervo sem tratamento arquivística.

13 Neste caso o termo "arquivo" se refere a uma instituição tal como o seguinte conceito: "Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e utilização de arquivos" (ARQUIVO NACIONAL apud COTTA, 2000: 45).

Quanto à funcionalidade do acervo:

Verificamos, neste caso, de que forma os fundos arquivísticos são ou não utilizados. A arquivologia para o tratamento da informação possui o conceito de *ciclo vital dos documentos*, que pode ser associado a este caso. A partir de sua produção um documento tem até três fases de vida. A primeira, denominada *fase corrente*, se refere ao documento em pleno uso funcional. A segunda fase, *intermediária*, remete a documentos pouco utilizados e aguardando uma definição para descarte ou estado permanente. A terceira e última fase é denominada como *permanente* e significa que o documento "é recolhido a um local de preservação, o arquivo permanente", adquirindo "valor informativo e probatório" (BELLOTTO apud COTTA, 2000: 41)[14].

A relação abaixo compreende acervos em situações diversas, que nem sempre correspondem ao conceito acima exposto.

1. Acervo com documentação sem qualquer tipo de uso: neste caso os papéis estão acomodados fisicamente em algum móvel ou espaço alternativo, incluindo o piso da sede. Caso houvesse o tratamento arquivístico, poderia ser classificado como *fase permanente*, mas, na realidade, trata-se de uma situação de abandono, sem qualquer ação em prol de sua preservação.
2. Acervo com a documentação utilizada parcialmente como repertório para a prática musical: a fração da documentação em uso no cotidiano do grupo musical pode ser considerada como *fase corrente* e a parcela sem uso é, na realidade, situação semelhante à anterior, ou seja, em estado de abandono, visto a ausência de tratamento arquivístico naquele acervo. A expressão coloquial praticada para arquivos em *fase corrente*, constatada em nossas visitas aos acervos, é "arquivo vivo" enquanto a outra foi referenciada, em um caso específico, como o "lixo da banda".
3. Acervo com a documentação utilizada totalmente como repertório para a prática musical: corresponde ao conceito da *fase corrente*.
4. Acervo com a documentação utilizada totalmente para consulta: corresponde ao conceito de *fase permanente*.
5. Acervo com a documentação utilizada parcialmente para consulta e para a prática musical: diferente do segundo item desta relação, este acervo possui algum nível de organização, possibilitando uma consulta com menos gasto de tempo pelo consulente. Neste caso os papéis de música podem ser encontrados separados em pastas arquivo ou suspensas, estas últimas acomodadas em arquivos com gavetas. O acesso aos documentos pode ser realizado através de lista ou relação de obras constando apenas o título e, em raríssimos casos, alguma informação a mais.

Quanto à diversidade de gênero musical:

Durante a vida útil de um grupo musical, seu arquivo constituído constará de obras afins ao seu propósito e formação instrumental e/ou vocal. Desta forma, bandas de música possuem em seus arquivos obras que são próprias à sua formação. Porém, não é raro encontrarmos música sacra, com cópias para instrumentos de cordas friccionadas, órgão e vozes, em arquivos de banda de música. Este fato

14 O conceito de *ciclo vital do documento* permite desdobramento aplicado ao conceito de "arquivo", resultando em *arquivo corrente*, *arquivo intermediário* e *arquivo permanente* (ARQUIVO NACIONAL apud COTTA, 2000: 46).

pode ser decorrente da opção de algum músico vinculado àquela instituição[15], que por razões pessoais optou em armazenar ali seus papéis de música, ou ainda, como visto nos relatos de Curt Lange mencionados anteriormente, a banda de música adquire, por doação ou compra, um determinado arquivo, anteriormente sob a custódia de uma família. Consequentemente, por sua natureza musical, as bandas e corporações têm sido de forma natural, depositárias de "heranças" de antigos mestres de música sacra e religiosa, cujos arquivos não despertam qualquer interesse da atual geração de seus descendentes ou dos integrantes de grupos musicais.

Nesta subcategoria temos de forma resumida o seguinte:

- Acervo com música para banda.
- Acervo com música sacra e religiosa.
- Acervo com música de concerto e entretenimento.

Acervos e breve análise de seus perfis

O conjunto documental de Viçosa está organizado em diferentes fundos arquivísticos que correspondem a arquivos pessoais de mestres da música local, hoje reunidos sob a custódia do Centro de Documentação Musical de Viçosa – CDMV, em parceria com a Associação dos Amigos da Orquestra de Câmara de Viçosa – AAOCV. A figura 1 demonstra arquivos localizados em Viçosa sob diferentes custódias e sua classificação em categorias e subcategorias.

VIÇOSA	Categoria	Gênero	Tratamento	Uso
Centro de Documentação Musical de Viçosa	instituição privada	banda, sacra e entretenimento	parcial	consulta
CDMV: Fundo Igreja Matriz Santa Rita de Cássia	originário de instituição privada	sacra	parcial	consulta
CDMV: Fundo Banda de Música Lira Santa Rita	originário de instituição privada	banda e sacra	parcial	consulta
CDMV: Fundo Maria da Conceição Castro	originário de família	sacra	parcial	consulta
CDMV: Fundo Adson Bicalho	originário de família	entretenimento	sem tratamento	consulta
CDMV: Fundo Maria da Penha Sant`Anna	originário de família	banda e sacra	sem tratamento	consulta
CDMV: Fundo Expedito Gomes de Castro	originário de família	banda e sacra	sem tratamento	consulta
Coleção Jacyra Sant`Anna	familiar	banda e sacra	sem tratamento	sem uso
Biblioteca da UFV: Fundo Hervé Cordovil	instituição pública	popular	parcial	consulta

Figura 1: arquivos localizados em Viçosa sob diferentes custódias e sua classificação em categorias e subcategorias.

15 É comum encontrarmos músicos que atuavam tanto na música sacra, em liturgias e paraliturgias da igreja católica, como na atividade musical de entretenimento social.

A pesquisa realizada na documentação hoje no CDMV motivou nossa visita a acervos em diferentes cidades da região de Viçosa, na expectativa de confirmar indicativos de relações entre os músicos da época, especialmente na permuta de obras musicais, além de outros aspectos. Na Figura 2 estão relacionadas localidades representativas de seus respectivos acervos.

LOCAL	Categoria	Gênero	Tratamento	Uso
Araponga	instituição privada	banda e sacra	parcial	sem uso
Ervália	instituição privada	banda	s/ tratamento	sem uso
Paula Cândido	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	sacra sem uso
Paraguay	familiar	banda e sacra	s/ tratamento	sem uso
Pedra do Anta	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	sem uso
Piranga*	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	sacra sem uso
Porto Firme	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	sem uso
Presidente Bernardes	instituição privada	sacra	parcial	sem uso
Ubá	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	sacra sem uso
Visconde do Rio Branco	instituição privada	banda e sacra	parcial	Consulta

* Corporação Musical Santa Cecília de Piranga.

Figura 2: Cidades próximas a Viçosa e detentoras de acervos de documentação musical.

Em nossa atuação no Campo das Vertentes, tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente acervos em São João del-Rei, Tiradentes e Prados, além de outros na região, todos relacionados na Figura 3.

LOCAL	Categoria	Gênero	Tratamento	Uso
Lira Sanjoanense	instituição privada	sacra e entretenimento	parcial	prática musical
Ribeiro Bastos	instituição privada	sacra e entretenimento	parcial	prática musical
Theodoro de Faria	instituição privada	banda	parcial	prática musical
Orquestra e Banda Ramalho Tiradentes	instituição privada	banda e sacra	parcial	prática musical
Lira Ceciliana Prados	instituição privada	banda e sacra	parcial	prática musical
Ritápolis	instituição privada	sacra	s/ tratamento	sem uso
Nazareno	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	prática parcial
Dores de Campos	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	prática musical
Rio das Mortes	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	prática musical
Carandai	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	sacra sem uso
Resende Costa	instituição privada	banda e sacra	s/ tratamento	prática musical
Itapecerica*	instituição privada	sacra	parcial	sem uso
Itapecerica**	instituição privada	banda e sacra	parcial	prática musical

* Corporação Musical Santa Cecília de Itapecerica.

** Banda Nossa Senhora das Dores de Itapecerica.

Figura 3: Cidades do Campo das Vertentes detentoras de acervos de documentação musical.

Diante o conjunto de informações acima exposto salta aos olhos um aspecto marcante, fator definitivo na distinção entre os arquivos musicais das regiões de Viçosa e de São João del-Rei: sua forma de uso. Na primeira região os documentos possuem valor secundário[16], sendo utilizados como consulta (a exemplo dos fundos arquivísticos do CDMV, da Biblioteca da UFV e de Visconde do Rio Branco), havendo ainda a situação de total falta de uso nos demais casos. A grande maioria da documentação da região de São João del-Rei corresponde ao seu valor primário, significando que estão em pleno uso enquanto partitura musical. É comum, inclusive, o uso de cópias manuscritas centenárias nas estantes de música durante os ensaios e atuação pública dos conjuntos musicais, assim como, por outro lado, existe considerável número de obras submetidas a uma edição prática e escritas em programa de computador.

Considerações Finais

Na falta de estudos musicológicos sobre ambas as regiões, somos levados a acreditar que a diferença entre seus arquivos parece ser consequência de contexto cultural e histórico próprio a cada uma. São João del-Rei e região conservam, desde o século XVIII, e de forma ininterrupta, o cumprimento de acordos contratuais entre irmandades e orquestras, nos quais deve haver o uso de música, durante todo o ano, com orquestra, coro e solistas na liturgia e, principalmente, nas ocasiões festivas, não litúrgicas, das irmandades e confrarias (NEVES, 1997: 12). São missas semanais, grande número de novenas, procissões, a Semana Santa entre outros. Cabe salientar que tal volume de eventos religiosos está pontualmente localizado em São João del-Rei. Nas demais localidades este número é expressivamente menor, e em alguns casos se resumindo apenas em parte da Semana Santa.

Ainda que exista irmandade em atuação em Viçosa as práticas de música sacra e religiosa mencionadas acima, já não são mais observadas na cidade e região há, pelo menos, cinquenta anos. Modificações diversas promovidas pela Igreja Católica através do Concílio Vaticano II na década de 1960[17] foram acolhidas naquela região, e mesmo em muitas outras, de forma a tornar os papéis de música inúteis para o cotidiano católico a partir de então. O que não foi destruído na época está, na maior parte, ainda em situação de risco, enquanto que uma parcela quase inexpressiva parece ter "ganho uma segunda chance", ao ser incluída em algum dentre os raros projetos de preservação do patrimônio cultural e histórico de Minas Gerais.

A maior parte dos acervos musicais mencionados nesta pesquisa é propriedade particular, possivelmente uma realidade brasileira. No momento do contato pessoal com os responsáveis pelos acervos em Viçosa e região, estes, com raras exceções, não demonstraram qualquer preocupação com a integridade física de sua documentação, principalmente quando se tratava do repertório sacro. Acreditamos que tal negligência é resultado da ausência de informações, o que leva à falta de consciência dos valores agregados aos documentos musicais.

No repertório específico das bandas, cópias manuscritas produzidas há mais tempo tendem a ser substituídas por novas, se tornando parte de acervo classificado, em muitos casos, como inútil e, conse-

16 Trata-se de conceitos da arquivologia que nas palavras de André Cotta são assim explicitados: "Enquanto o *valor primário* de um documento refere-se à razão primeira de sua criação, o *valor secundário* refere-se à sua utilização para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram criados" (2000: 44).

17 Sobre a prática musical na liturgia católica à luz das encíclicas ao longo da história ver a pesquisa de Pablo Sotuyo Blanco (2003: 26).

quentemente, descartado ou relegado à sorte em algum espaço físico sem qualquer garantia de proteção contra o tempo, insetos e roedores, tal como exemplificado nos relatos de Curt Lange. Mesmo os papéis que transmitem as obras musicais utilizadas no cotidiano do grupo são, muitas vezes, tratados de forma inapropriada. Devido à grande dificuldade enfrentada pelas bandas e corporações musicais no interior de Minas Gerais, é flagrante o interesse de seus líderes em solucionar questões relativas a uniformes, conserto e aquisição de instrumentos musicais, reforma de sedes, formação musical para novos integrantes entre outros. Os papéis de música, quando constam na lista de afazeres, ficam quase sempre em seu final.

Os acervos do Campo das Vertentes citados nesta pesquisa pertencem a instituições privadas. Aqueles localizados em São João del-Rei alimentam grande quantidade de eventos litúrgicos e não litúrgicos, protagonizados pelas orquestras sacra Lira Sanjoanense e Ribeiro Bastos, além da Banda Theodoro de Faria que atua acompanhando as procissões de rua. Ao pesquisador é importante a consciência do fato de haver, entre as duas orquestras, a preocupação em não executar, sempre que possível, a mesma obra musical realizada pela congênere. Em alguns casos há o interesse em exclusividade sobre determinada obra, ou mesmo uma saudável "competição" pela maior pompa e grandiosidade na realização musical em determinada data festiva da igreja católica ou de irmandade religiosa.

Ainda que haja significativo percentual de cópias manuscritas produzidas desde o século XVIII, os arquivos destas orquestras, incluindo as de Tiradentes e Prados, estão em pleno uso e, quase sempre, os interesses dos respectivos proprietários não são os mesmos elencados pela musicologia. Faz-se necessário, por parte da ciência, especial sensibilidade e respeito aos direitos daqueles proprietários, assim como ao contexto histórico e social no qual estão inseridos. Com as ações que visam garantir a sobrevivência da antiga documentação, devem estar aquelas voltadas para a manutenção da tradição em seus principais aspectos. Tal equilíbrio é um grande desafio com o qual devemos nos preocupar.

São pertinentes as observações de André Cotta ao comentar sobre as "dimensões continentais do Brasil", o que se aplica a Minas Gerais, e, portanto, a necessidade de um planejamento para a realização de políticas de preservação e descrição de documentos musicais, em nível regional primeiramente (2013: 51). Comungamos com esta ideia e acreditamos que os dados advindos da fragmentação geográfica constituirão uma grande rede de informações permitindo, desta forma, uma visão mais ampla e completa do conjunto de acervos musicais mineiros, entre outros benefícios.

Para tal intento será necessária uma avaliação dos métodos de descrição arquivística aplicados nas últimas décadas, com o objetivo de encontrar a medida certa na tarefa de registro de dados. Em Minas Gerais a quantidade de arquivos conhecidos é bem expressiva, sendo a maior parte propriedade de instituições privadas com pouco, ou sem, recursos físicos e financeiros, o que dificulta a aplicação do modelo ideal de catalogação, tanto em relação ao tempo gasto para tal, como na preparação técnica da mão de obra. Dentro do raciocínio da ação regional, ou seja, atuando em frações menores, podemos considerar uma fase inicial de descrição utilizando uma seleção de campos informativos, o suficiente para atender às demandas mais imediatas de uma pesquisa musicológica em fase preliminar. Será vantajoso se tivermos o maior número possível de acervos catalogados, ainda que com um número menor de informações. Assim que possível, a estes dados iniciais serão somados outros complementares.

A tarefa de descrever documentos musicais pode ser complexa, principalmente quando se lida com a liturgia católica e suas variantes históricas e populares (CASTAGNA, 2000: 10). Uma determinada região pode ser atendida em suas demandas de tratamento arquivístico, por meio de ações realizadas

com o amparo técnico e teórico de instituições musicais e/ou de ensino, que estejam mais próximas, ou mesmo inseridas em seus limites geopolíticos. Esta abordagem poderá fazer uso de mão de obra local, diminuindo custos e motivando o envolvimento responsável de membros da comunidade com seu patrimônio histórico. A difusão das conquistas musicológicas poderá ser colocada em prática através de cursos técnicos ofertados, principalmente, aos integrantes dos grupos musicais detentores de arquivos documentais. Ainda assim é imprescindível a atuação de órgãos públicos, nas três instâncias, observando o detalhe de estarem todos devidamente preparados para tão nobre tarefa.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO do Estado do Maranhão. *Inventário do Acervo João Mohana – Partituras*. São Luis: Secretaria de Estado da Cultura – Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1997.

CASTAGNA, Paulo. O Manuscrito de Piranga (MG). *Revista Música*, vol.2 – n.2. nov. 91. São Paulo: ECA-USP, p. 116-133, 1991.

______. A Seção de Música do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. *Brasiliana*, Revista Quadrimestral da Academia Brasileira de Música, Rio de Janeiro, n.1, p.16-27, jan. 1999.

______. Reflexões metodológicas sobre a catalogação de música religiosa dos séculos XVIII e XIX em acervos brasileiros de manuscritos musicais. III SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, Curitiba, 21-24 jan.1999. *Anais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000. p.139-165.

CASTAGNA, Paulo (org.). *Anais do I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical*, Mariana (MG), 18-20 jul. 2003. Mariana: Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 2004.

COTTA, André Guerra. *O Tratamento da Informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da UFMG. Belo Horizonte, 2000a.

______. Os descobrimentos do Brasil: dos arquivos musicais a outras histórias da música. Encontro de Musicologia Histórica, 4. 2000, Juiz de Fora. In: *Anais*... Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2000b, p. 72-95.

______. Acervos musicais brasileiros no século XXI e práticas musicais na América Portuguesa: uma visão panorâmica e dois casos pontuais. Colóquio Luso-Brasileiro, 2008. In: *As músicas luso-brasileiras no final do antigo regime: Repertórios, práticas e representações*. LUCAS, Maria Elizabeth (org.). NERY, Rui Fernando Vieira (org.). Lisboa: INCM / Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 29-60.

DIAS, Sérgio, FONSECA, Modesto Flávio Chagas, SECOMANDI, Carlos Fernando. Um projeto "Música e história no Espírito Santo": pioneirismo e possíveis portais. Encontro de Musicologia Histórica, 7. 2006, Juiz de Fora. In: *Anais*... Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2008, p. 55-66.

DINIZ, Jaime C. *Músicos Pernambucanos do Passado*. II Tomo. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

______. *Organistas da Bahia, 1750 – 1850*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

DUPRAT, Regis. *Garimpo musical*. São Paulo: Novas Metas, 1985.

FONSECA, Modesto Flávio Chagas. O acervo de manuscritos musicais de Viçosa (MG). Encontro de Musicologia Histórica, 5. 2002, Juiz de Fora. In: *Anais*... Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2002, p. 280-282.

______. *Um caminho para a análise de estilo: a expressão musical para a declamação do texto da antífona Salve Regina em obras de compositores setecentistas mineiros*. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Música do Centro de Letras e Artes da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Rio de Janeiro, 2013.

LACERDA, Victor de Moura. Projeto mapa dos acervos musicais brasileiros. VII Encontro de Musicologia Histórica, 2006, Juiz de Fora. In: *Anais*... CASTAGNA, Paulo Augusto (org.), Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2008, p. 204-214.

LANGE, Francisco Curt. La música em Minas Gerais. Um informe preliminar. *Boletín Latino-americano de Música*, Rio de Janeiro, ano 6 (6): 408-494, 1946.

MATTOS, Cleofe Person de. *Catálogo Temático. José Mauricio Nunes Garcia*. Brasília: MEC; Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1970.

MENDONÇA, Belkiss Spenciére Carneiro de. *A música em Goiás*. 2ª Ed. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981.

MOURÃO, Rui. *O alemão que descobriu a América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

NEVES, José Maria (Org.). *Catálogo de obras Música Sacra Mineira*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1997.

PROSSER, Elisabeth Seraphim e CASTAGNA, Paulo (orgs.). Anais do III Simpósio Latino-Americano de Musicologia, Curitiba, janeiro de 1999. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. Modinha e música sacra na cidade de Goiás – Séc. XIX. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM MÚSICA, 1., 1984, Mariana. In: *Anais*... Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1984, p. 131-135.

SOTUYO BLANCO, Pablo. *Modelos Pré-Composicionais nas Lamentações de Jeremias no Brasil*. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Música como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Música. 2 volumes. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Arquivos de música na Bahia. In: Colóquio Brasileiro de arquivologia e edição musical, 1., 2003, Mariana. *Anais...* Mariana: Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 2004, p. 249-269.

TRINDADE, Jaelson e CASTAGNA, Paulo. Música pré-barroca luso-americana: o Grupo de Mogi das Cruzes. *Revista da Sociedade Brasileira de Musicologia*, São Paulo, n.2, p.12-33, 1996.

VIEGAS, Aluízio José. O inventário de um músico são-joanense do século XVIII: Lourenço José Fernandes Braziel. VI Encontro de Musicologia Histórica, 2004, Juiz de Fora. In: *Anais...* CASTAGNA, Paulo Augusto (org.), Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2006, p. 258-270.

ZICÓ, Dom (org.). *Passos em Compassos de Cesário Mendes*. Publicação do autor. Itapecerica, 2010.